

Projetos de incentivos fiscais e parcelamentos de débitos estão na Câmara

No total, cinco projetos foram entregues nesta semana ao presidente do Legislativo de São Caetano e devem ser votados nas próximas sessões

Foi encaminhado à Câmara Municipal de São Caetano cinco projetos de leis que versam sobre a concessão de incentivos fiscais e o parcelamento de débitos dos contribuintes.

As matérias, que serão avaliadas propõem a instituição do PPD (Programa de Parcelamento de Débitos) da Prefeitura; do PPD do Saesa; do PRD (Programa de Renegociação de Débitos) da

USCS (Universidade Municipal de São Caetano do Sul); da LIRE (Lei de Incentivo à Regularização de Edificações e da regularização do mais novo programa "Placa Premiada". **Página 3**

Câmara de São Caetano vai votar projetos de incentivos fiscais e parcelamento de débitos

Foi encaminhado à Câmara Municipal de São Caetano cinco projetos de leis que versam sobre a concessão de incentivos fiscais e o parcelamento de débitos dos contribuintes. O ato foi formalizado na quinta-feira (27), pelo prefeito José Auricchio, com a entrega das proposituras ao presidente do Legislativo.

As matérias, que serão avaliadas pelos vereadores, propõem a instituição do PPD (Programa de Parcelamento de Débitos) da Prefeitura; do PPD do Saesa; do PRD (Programa de Renegociação de Débitos) da USCS (Universidade Municipal de São Caetano do Sul); da LIRE (Lei de Incentivo à Regularização de Edificações) e de uma grande novidade, o Programa Placa Premiada, que dará prêmios de até R\$ 40 mil a quem emplacar ou transferir o veículo para São Caetano - quem está adimplente com o IPVA também poderá participar do sorteio, mediante cadastro no programa.

"A essência desse conjunto de ações é ampliar a capacidade de arrecadação tributária sem onerar o contribuinte. A pandemia achatou a renda de todas as famílias. E essa situação muitas vezes fez o cidadão ter de escolher entre comer ou pagar impostos, o que ficou para depois. E

ninguém aqui quer deixar o morador com o nome sujo. Por isso, estamos abrindo essas oportunidades de renegociação", ressaltou Auricchio. "É um viés estritamente pró-contribuinte", concluiu o secretário municipal da Fazenda, Paulo Rossi.

Todos os projetos serão regulamentados (e trarão informações sobre como participar, entre outras) após a aprovação dos textos pela Câmara.

PPD

O PPD visa a oferecer oportunidade para regularização dos débitos, incluindo a inadimplência dos parcelamentos realizados ao longo dos últimos dois anos. Os pagamentos poderão ser realizados à vista ou em até 60 vezes. Quanto menor o número de parcelas, maior o desconto, que será de 100% dos juros e multa moratória para os pagamentos à vista.

O programa também anistia os débitos de qualquer natureza, exceto multas de trânsito, cujos valores totais consolidados em 31 de dezembro de 2021 sejam de até R\$ 100,00.

No último PPD, iniciado em 2021, foram celebrados acordos para a arrecadação de R\$ 107,7 milhões (R\$ 21,8 milhões à vista e R\$ 85,9 milhões parcelados).

Placa Premiada

O programa Placa Premiada é uma campanha de incentivo ao emplacamento e transferência de veículos no município, visando a incrementar a arrecadação do IPVA. O Projeto de Lei propõe a realização de sorteios com premiação para os contribuintes que, dentro do período a ser definido, emplacarem ou transferirem seus veículos para São Caetano.

Também poderão participar do sorteio os contribuintes (pessoas físicas) que já se encontram adimplentes com o imposto, mediante cadastramento ao programa. Os prêmios poderão ser de até R\$ 40 mil por sorteio.

LIRE

A LIRE (Lei de Incentivo à Regularização de Edificações) autoriza a expedição de alvarás de conservação de imóveis construídos e/ou reformados irregularmente, mediante a apresentação de projeto de regularização e o recolhimento de impostos e taxas.

A lei se aplica às edificações que apresentem condições mínimas de habitabilidade (acessibilidade, segurança, higiene, salubridade e desempenho).



PROJETO DO PPD foi um dos cinco projetos entregues à Câmara Municipal de São Caetano na última semana

A regularização, além de garantir a segurança da edificação, também livra os proprietários e usuários de transtornos. Donos de imóveis em desacordo com o Código de Obras e a Lei de Zoneamento do Município estão sujeitos a multas, além de não conseguirem o Habite-se e, consequentemente, a possibilidade de

realizar transações como financiamentos e transferências.

Para a concessão dos benefícios, a Prefeitura verificará condições e documentos, como o terreno possuir área total menor do que 125m², AVCB e atender às normas de acessibilidade.

Para a Prefeitura, a LIRE garanti-

rá atualização do cadastro imobiliário, inclusão de dados mais precisos sobre imóveis regularizados na planta genérica do IPTU, recolhimento das taxas e tributos devidos por esses imóveis, além de controle mais adequado do parque edificado e da utilização do território do município.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Imprensa ABC - SP

Seção: Cotidiano **Página:** 2